

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH **UNACON DO HOSPITAL REGIONAL DE TUCURUI**

(CNPJ 23.453.830/0013-03)
Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial				Demonstração do Superávit dos Exercícios			
em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$)				Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$)			
Ativo	Nota	2019	2018	Nota	2019	2018	
Circulante		6.256.729	4.727.999	Receitas Operacionais	14 11.887.004	6.669.875	
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.749.263	3.723.478	Serviços prestados a pacientes SUS	11.887.004	11.059.128	
Contas a receber	5	1.244.502	939.800	(-) Glosa por implantação	-	(4.389.253)	
Estoques		243.133	53.172	Custos	(7.097.870)	(4.939.384)	
Adiantamento a funcionário		196	1.100	Serviços de terceiros	(2.101.605)	(2.596.378)	
Outros Créditos		15.642	6.319	Pessoal e encargos	(4.202.485)	(1.915.912)	
Despesas Antecipada		3.993	4.130	Materiais e medicamentos	(793.780)	(427.094)	
Não Circulante		3.856.558	2.052.411	Despesas	(1.378.530)	(1.240.864)	
Partes relacionadas	8	1.366.352	1.366.352	Pessoal e encargos	(525.401)	(478.978)	
Imobilizado líquido	6	13.496	15.033	Despesas gerais e administrativas	(800.275)	(703.308)	
Intangível líquido	7	71.377	110.090	Depreciação/amortização	(287.617)	(106.375)	
Imobilizado - contrato de gestão líquido	6	2.405.333	554.976	Impostos, taxas e contribuições	(5.454)	(6.144)	
Intangível - contrato de gestão líquido	7	84.138	5.960	Outras receitas e despesas operacionais	240.217	53.941	
Total do Ativo		10.197.425	6.780.410	Financeiras, Líquidas	212.465	166.983	
Passivo				Despesas financeiras	(13.718)	(9.984)	
Circulante		858.786	825.257	Receitas financeiras	226.183	176.967	
Fornecedores	9	443.060	367.147	Superávit do Exercício	3.623.069	656.610	
Obrigações trabalhistas	10	279.917	310.722	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios			
Obrigações sociais	11	67.575	76.349	Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$)			
Obrigações fiscais		10.780	9.363				
Outras contas a pagar		411	-	Descrição	Patrimônio Social	Superávit acumulado	Total
Partes relacionadas	8	57.043	61.676	Em 31 de dezembro de 2017	3.031.994	1.541.204	4.573.198
Não Circulante		3.212.417	3.452.198	Incorporação ao Patrimônio Social	1.541.204	(1.541.204)	-
Receitas diferidas	12	3.212.417	3.452.198	Ajustes patrimoniais (Nota 13)	(2.726.853)	-	(2.726.853)
Patrimônio Líquido	13	6.126.222	2.502.955	Superávit do exercício	-	656.610	656.610
Patrimônio Social		2.503.153	1.846.345	Em 31 de dezembro de 2018	1.846.345	656.610	2.502.955
Superávit acumulado		3.623.069	656.610	Incorporação ao Patrimônio Social	656.610	(656.610)	-
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		10.197.425	6.780.410	Ajustes patrimoniais	198	-	198
				Superávit do exercício	-	3.623.069	3.623.069
				Em 31 de dezembro de 2019	2.503.153	3.623.069	6.126.222
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$)							
		2019	2018	(Redução)/Aumento das obrigações-não circulante	(239.781)	3.075.432	
Fluxos de caixa de atividades operacionais				Ajustes patrimoniais	198	(2.726.853)	
Superávit do exercício		3.623.069	656.610	Caixa líquido proveniente das			
Ajustes para reconciliar o resultado				atividades operacionais		3.206.320	957.821
Depreciação/amortizações		287.617	106.375	Caixa líquido utilizado nas			
Superávit ajustado		3.910.686	762.985	atividades de investimento		(2.175.902)	(244.753)
Variações no circulante das				Aquisição de imobilizado	(2.080.550)	(244.753)	
contas de ativo e passivo		(704.366)	194.836	Aquisição de bens do intangível	(95.353)	-	
Aumento de outros créditos		(313.121)	(411.110)	Caixa líquido (utilizado nas) / proveniente			
(Aumento) / redução de estoques		(189.961)	1.714	das atividades de financiamento		(4.633)	29.265
Redução / (Aumento) despesas antecipadas		137	(4.130)	Transações com partes relacionadas	(4.633)	29.265	
Aumento de fornecedores		75.913	167.362	Aumento no caixa e equivalentes de caixa		1.025.785	742.333
(Redução) / Aumento de obrigações trabalhistas		(30.805)	71.596	Varição em caixa e equivalentes de caixa		(Nota 4)	
(Redução) / Aumento de obrigações sociais		(8.774)	22.848	Saldo existente no início do exercício	3.723.478	2.981.145	
Aumento / (redução) de obrigações tributárias		1.417	(2.023)	Saldo existente no final do exercício	4.749.263	3.723.478	
Aumento de outras obrigações		411	-	Aumento no caixa e equivalentes de caixa	1.025.785	742.333	
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios							
1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Unidade de Assistência de Alta Oncologia (UNACON) do Hospital Regional do Tucuruí foi inaugurada oficialmente pelo Governo do Estado do Pará em 29 de julho de 2016, com o objetivo de disponibilizar exames e ações de apoio diagnóstico e terapêutico aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) para o tratamento de pacientes portadores de câncer. O serviço de Quimioterapia possui 13 (treze) poltronas e 2 (dois) leitos de retaguarda, além de oferecer serviços ambulatoriais especializados em oncologia: consultas oncológicas, radioterapia, quimioterapia, análises clínicas, ultrassonografia, endoscopia e colonoscopia. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita. A UNACON está situada à Avenida Amazonas, S/N - Vila Permanente, na cidade de Tucuruí, Estado do Pará - PA. b) Contrato de Gestão: A UNACON do Hospital Regional do Tucuruí é administrada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 10 de março de 2016, por meio de contrato de gestão nº 003/SESPA/2016, vigente até 09 de março de 2020. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:				acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b) Estoques: São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c) Ativo imobilizado: Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. d) Ativo intangível: Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f) Julgamentos e estimativas: A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. Provisões para riscos judiciais: A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis. g) Apuração do Superávit/Déficit: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. h) Reconhecimento de receitas: As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento			
Âmbito	Legislação	Publicação					
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970					
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969					
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967					
A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja manutenção foi deferida para o triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, pela portaria nº 78 de 18.01.2018, pelo Ministério da Saúde. c) Impactos da COVID-19 nas operações: A Entidade vem promovendo o treinamento de seus profissionais e prestadores de serviços acerca dos procedimentos de identificação, controle e tratamento de eventuais pacientes diagnosticados com o COVID-19. A Administração julga não haver fatores que impliquem em impactos imediatos e significativos nas operações de gestão do Hospital, porém atua estrategicamente, em conjunto com o ente público, com foco na saúde básica do estado, afim de isolar os pacientes que OMS - Organização Mundial da Saúde julga serem de risco. 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 13 de março de 2020. 2.2. Base de mensuração e apresentação: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. 2.3. Moeda funcional e de apresentação: Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. 2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo							

continua ➤